



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

**ATA DA 32ª (TRIGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 12 (*doze*) dias do mês de novembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 32ª (*trigésima segunda*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, José Alexandre Goiana de Andrade, Anneline Magalhães Torres e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior. Passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/954/2018 – Auto de Infração: 1/201720808. Recorrente: D & A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada em virtude do contribuinte não ter sido intimado de todos os atos desencadeados no processo, especificamente o Mandado de Ação Fiscal** – Foi afastada por unanimidade de votos, uma vez que o contribuinte foi cientificado do Mandado de Ação Fiscal pela simples exibição do documento, conforme art. 820 do Decreto nº 24.569/97, não sendo necessária a ciência ocorrer por meio de intimação, já que não requeria do contribuinte a prática de uma ação em contrapartida. **2. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por ausência de provas** – Foi afastada por unanimidade de votos, considerando que constam nos autos os documentos que embasaram a autuação. **3. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, e em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. **Processo de Recurso nº 1/956/2018 – Auto de Infração: 1/201720796. Recorrente: D & A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** Atendendo as razões apresentadas pela Conselheira Relatora, o Sr. Presidente *sobrestou* o julgamento do processo determinando sua inclusão em pauta a ser definida. **Processo de Recurso nº 1/957/2018 – Auto de Infração: 1/201720795. Recorrente: D & A INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**DE EMBALAGENS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA ANNELINE MAGALHÃES TORRES. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada em virtude do contribuinte não ter sido intimado de todos os atos desencadeados no processo, especificamente o Mandado de Ação Fiscal** – Foi afastada por unanimidade de votos, uma vez que o contribuinte foi cientificado do Mandado de Ação Fiscal pela simples exibição do documento, conforme art. 820 do Decreto nº 24.569/97, não sendo necessária a ciência ocorrer por meio de intimação, já que não requeria do contribuinte a prática de uma ação em contrapartida. **2. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por ausência de provas** – Foi afastada por unanimidade de votos, considerando que constam nos autos os documentos que embasaram a autuação. **3. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/954/2018 – Auto de Infração: 1/201720808. Recorrente: D & A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada em virtude do contribuinte não ter sido intimado de todos os atos desencadeados no processo, especificamente o Mandado de Ação Fiscal** – Foi afastada por unanimidade de votos, uma vez que o contribuinte foi cientificado do Mandado de Ação Fiscal pela simples exibição do documento, conforme art. 820 do Decreto nº 24.569/97, não sendo necessária a ciência ocorrer por meio de intimação, já que não requeria do contribuinte a prática de uma ação em contrapartida. **2. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por ausência de provas** – Foi afastada por unanimidade de votos, considerando que constam nos autos os documentos que embasaram a autuação. **3. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com os fundamentos do Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Ressaltamos que o parágrafo do parecer da CECOP que trata do reenquadramento da penalidade, constitui-se de impropriedade a desconsiderar, vez que, sua fundamentação, é no sentido de confirmar a decisão de procedência exarada no julgamento singular. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 13 de novembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

**Francisco José de Oliveira Silva**  
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

**Silvana Rodrigues Moreira de Souza**  
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA